

Busca de Alvos nas Operações em Múltiplos Domínios

Maj Kyle David Borne, Exército dos EUA

A introdução de uma nova doutrina é sempre enfrentada com ceticismo e apreensão pelas burocracias enraizadas. O conceito *AirLand Battle* (Combate Ar-Terra) tinha seus críticos e o

advento das operações em múltiplos domínios não é diferente. Este texto aproveita as experiências coletadas entre o final de 2017 e o final de 2018 de um pequeno grupo de planejadores durante quatro exercícios de



posto de comando (CPX) conjuntos e de coalizão, onde os efeitos das operações em múltiplos domínios foram planejados. O foco principal dos CPX era incorporar os efeitos do espaço, da cibernética e da guerra eletrônica no esquema de manobra.

À primeira vista, uma operação em múltiplos domínios se parece exatamente com aquilo que um estado-maior de corpo de exército, ou outro escalão equivalente, experimenta durante suas atividades diárias normais. Porém, embora alguns dos processos sejam, de fato, semelhantes, é importante reconhecer as diferenças. A principal delas é que uma operação em múltiplos domínios se concentra nos fogos de múltiplos domínios sincronizados no tempo e no espaço, a fim de alcançar efeitos complementares; enquanto os fogos de domínios cruzados não fazem isso.

O conceito de fogos de domínios cruzados, na sua forma mais simples, se restringe apenas a um domínio que afeta outro, como os mísseis superfície-ar ou o emprego de uma peça de artilharia para atacar um navio, por exemplo. Isso representa o entendimento tradicional da maioria de comandantes. A confecção de um plano de defesa antiaérea para um meio terrestre crítico ou o pedido de uma aeronave EA-18G [versão do caça F-18 para a Guerra Eletrônica — N. do T.] da Marinha para bloquear as comunicações inimigas são ações que os estados-maiores executam regularmente e são exemplos comuns de fogos de domínios cruzados.

Os fogos de múltiplos domínios utilizam meios de domínios cruzados e os sincronizam no tempo e no

espaço, a fim de criar efeitos sinérgicos em janelas de convergência.

Um exemplo comum é a destruição de um sistema integrado de defesa antiaérea (IADS, na sigla em inglês). Os fogos de domínio cruzado tradicionais podem envolver um EA-18G que proporciona efeitos de bloqueio de sinais à distância, enquanto um meio de ataque qualquer se aproxima o suficiente para empregar sua carga

letal. Conforme as distâncias têm aumentado em decorrência dos recentes avanços nos IADS, essa abordagem já não é mais viável, considerando que os mísseis desses sistemas podem identificar e engajar aeronaves a maiores distâncias. Uma ação em múltiplos domínios que combine guerra cibernética sincronizada, guerra no espaço e guerra eletrônica pode diminuir as distâncias, conseguindo paridade letal para os meios aéreos, permitindo assim a destruição do alvo.

À medida que a guerra vem evoluindo, os fogos de domínios cruzados começaram naturalmente a utilizar os domínios de espaço e de ciberespaço. Durante a guerra contra o terrorismo, o largo emprego do ambiente informacional por organizações extremistas violentas dependia de provedores de internet via satélite para veicular informações através do ciberespaço. As forças-tarefas conjuntas e organizações especiais começaram a trabalhar nos domínios espacial e cibernético na tentativa de interromper o comando e controle de organizações militantes, bem como restringir a transmissão de mensagens ideológicas extremistas. Os esforços das forças-tarefas conjuntas e outros grupos eram conduzidos independentes uns dos outros. A Força-Tarefa de Múltiplos Domínios (Multi-Domain Task Force — MDTF) é diferente, pois é a primeira formação do Exército que reúne todos os cinco domínios sob um comando unificado.

A inovação da MDTF está em sua capacidade de fornecer efeitos em todos os cinco domínios de combate, sincronizados no tempo e espaço. Na medida em que adversários contem com recursos de antiacesso/negação de área (A2/AD, na sigla em inglês) cujo raio de ação seja superior ao alcance da munição tradicional dos EUA, essa formação proporciona ao comandante conjunto uma organização que pode reduzir o A2/AD ao aproveitar múltiplos domínios de combate simultaneamente, a fim de atingir paridade ou superioridade letal, inclinando a balança em favor da força conjunta.

A Seleção de Alvos durante Operações Conjuntas em Múltiplos Domínios

Para conduzir uma operação em múltiplos domínios, a MDTF emprega um processo de planejamento de fogos muito semelhante ao ciclo descrito na Publicação Conjunta 3-60, *A Busca de Alvos em*

O Maj Kyle Borne, Exército dos EUA, é comandante de companhia no Batalhão de Inteligência, Informações, Ciberespaço, Guerra Eletrônica e Espaço (I2CEWS). Serviu como oficial do programa piloto sobre atividades cibernéticas e eletromagnéticas da Força-Tarefa de Múltiplos Domínios desde outubro de 2017. Atua como o integrador de efeitos não letais e oficial responsável pela seleção de alvos para ataques não letais.

*Operações Conjuntas (JP 3-60, Joint Targeting)*¹. O ciclo de seleção ou busca de alvos para uma operação em múltiplos domínios não é muito diferente do que é recomendado pela doutrina conjunta. Porém, ao atribuir a um oficial a tarefa de engajar um alvo, a fim de obter um efeito desejado, nove de cada dez vezes, ele procurará atingir o alvo com artilharia, combate aproximado ou apoio aéreo aproximado. Em geral, isso se dá porque o processo de planejamento de fogos se concentra naquilo que está dentro do alcance efetivo dos sistemas de armas de maior alcance e na sua melhor metodologia de seleção de alvos.

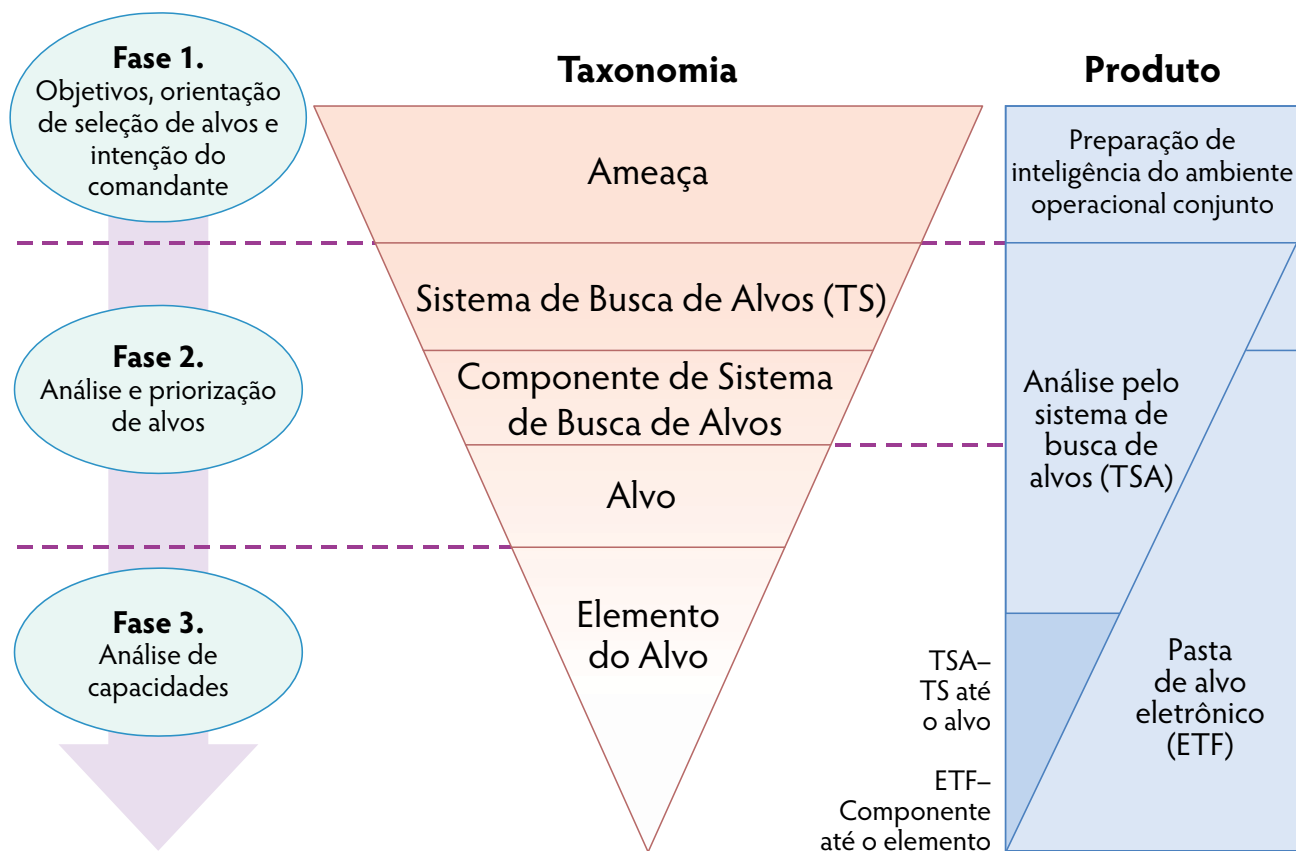
Tradicionalmente, o processo de planejamento de fogos se dá dentro de uma mentalidade centrada em uma única Força Singular. O Exército se prepara e escolhe alvos na ordem de batalha terrestre do inimigo; a Marinha faz o mesmo no domínio marítimo; e a Força Aérea trabalha nos domínios aéreo e espacial. Sempre houve um componente de fogos de domínios cruzados. O Exército se importa com ameaças aéreas porque essas podem atacar alvos terrestres. A Marinha observa

o domínio aéreo porque as ameaças têm evoluído para incluir aeronaves baseadas em navios aeródromos e mísseis de cruzeiro antinavio. A Força Aérea sempre teve que se preocupar com artilharia antiaérea baseada em posições terrestres.

Não obstante, uma mudança significativa em relação aos adversários com poder de combate equivalente é que, agora, eles podem disputar os domínios espacial e cibernético. As Forças Singulares precisam levar isso em consideração durante seu processo de planejamento de fogos.

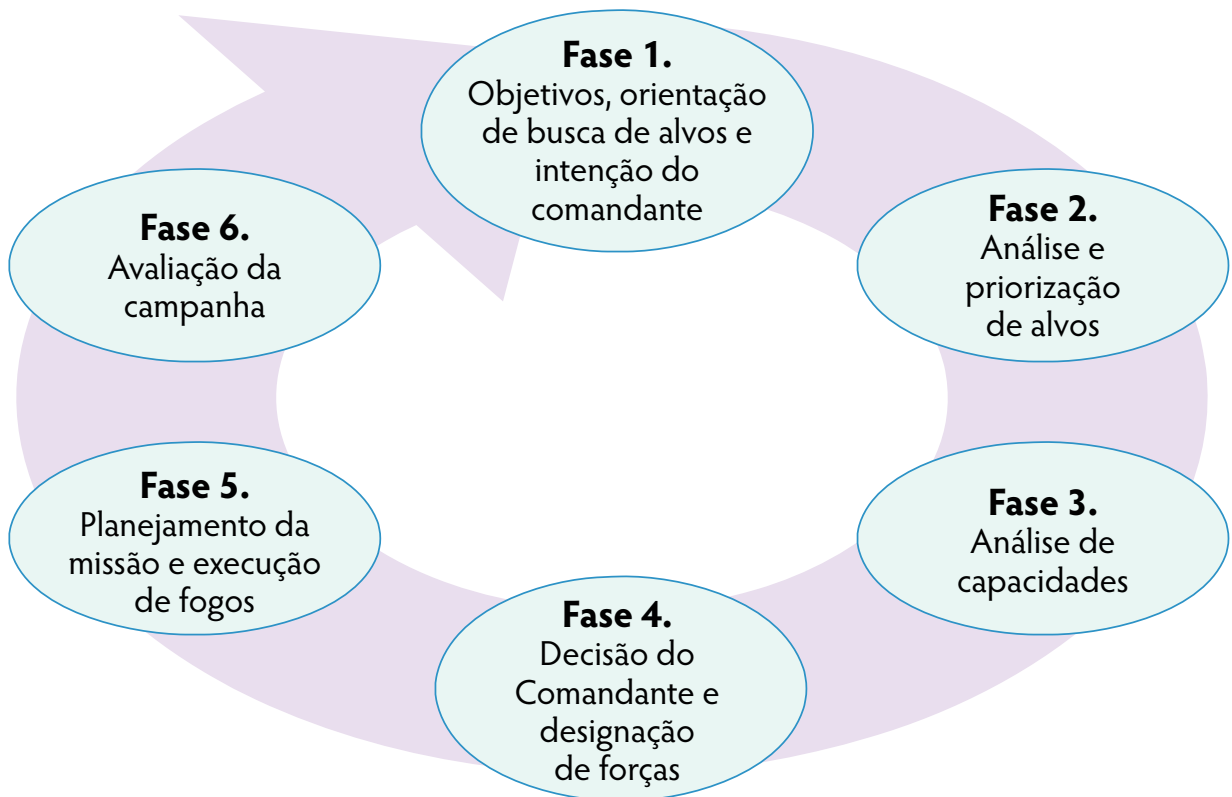
Pensando em Termos Não Letais durante o Ciclo de Busca de Alvos em Operações Conjuntas

Tradicionalmente, o Exército leva em conta o caráter físico dos alvos. Uma matriz de orientação de ataque do comandante pode recomendar, no nível bateria ou grupo, o disparo de um certo número de granadas de uma determinada munição, a fim de atingir o efeito desejado sobre o alvo. Esse método



(Joint Publication 3-60, *Joint Targeting*, 28 Sep 18)

Figura 1. Relações no Processo de Análise de Alvos



(Joint Publication 3-60, *Joint Targeting*, 28 Sep 18)

Figura 2. Fases do Ciclo de Busca de Alvos em Operações Conjuntas

funciona bem no combate tradicional contra um inimigo de poder de combate equivalente ou contra quaisquer outras ameaças bem definidas. A tentação é considerar todos os alvos segundo suas características físicas (como é feito na doutrina do Exército) e desconsiderar suas características funcionais (como é preconizado na doutrina conjunta).

A recém-revisada JP 3-60 apresenta um excelente trabalho, ressaltando a diferença entre o processo de planejamento de fogos do Exército e das operações conjuntas. Tipicamente, as unidades de artilharia do Exército recebem alvos ao invés de determiná-los e se concentram no modelo detecção, decisão, condução e avaliação (D3A, na sigla em inglês)². Esse é o ponto onde o processo de planejamento de fogos das operações conjuntas se diferencia. Pois, ele se concentra nas características físicas e, também, funcionais de um sistema de ameaças. Esse nível é associado com a taxonomia da “ameaça” do processo conjunto. A MDTF precisa se concentrar mais nas porções inferiores da taxonomia para mitigar a superioridade

de alcance de engajamento letal dos sistemas inimigos. Manter o foco nos elementos chave das características funcionais permite que as forças conjuntas se aproximem dos sistemas de ameaças e possa destruí-los. Portanto, uma análise mais profunda do processo de planejamento de fogos precisa ocorrer, fazendo com que a doutrina conjunta seja mais apropriada para as missões MDTF (veja a Figura 1)³.

Segundo a JP 3-60, “O cumprimento de objetivos claros, mensuráveis e alcançáveis é essencial para a consecução bem-sucedida do estado final desejado. A capacidade de produzir o tipo e a extensão dos efeitos necessários para atingir as metas do comandante caracteriza um efetivo processo de planejamento de fogos”⁴. Portanto, em vez de dizer “neutralizar IADS” ou “destruir mísseis balísticos de curto alcance”, precisamos focar no sistema que queremos afetar.

Por exemplo, a intenção do comandante das operações em múltiplos domínios pode ser expressa da seguinte forma: “negar aos IADS inimigos a capacidade de engajar alvos aéreos” ou “retardar por duas

horas a capacidade dos IADS de alvejar aeronaves”. Essa orientação proporciona a capacidade de adaptar os efeitos “negar, adiar, interromper, destruir ou manipular” (D4M, na sigla em inglês) para atender à intenção do comandante. Por meio de um ciclo conjunto de busca de alvos, um identificador de alvos pode então decidir quais fins são viáveis, quais métodos estão disponíveis e quais meios podem produzir os efeitos desejados. Para os IADS, o identificador de alvos pode aproveitar os meios cibernéticos, espaciais e de guerra eletrônica da MDTF, a fim de atingir os objetivos da intenção do comandante.

O grupo de trabalho da seleção de alvos na MDTF precisa seguir o ciclo de busca de alvos em operações conjuntas em vez do processo do Exército, incorporando em sua análise todos os domínios de combate (veja a Figura 2)⁵. Usualmente, o processo do Exército é sincronizado com um ciclo de plano de tarefas aéreas que prioriza e aloca os meios dos domínios aéreo e espacial conforme a lista de alvos conjuntos, integrados e priorizados do comandante. É assim que os meios de nível nacional, como a aeronave de reconhecimento *Rivet Joint*, o *Joint Surveillance Target Attack Radar System* (“Sistema Conjunto de Radar de Observação e Ataque de Alvos”) e a força cibernética nacional, são empenhados. Uma diferença chave da MDTF é que essas capacidades estão dentro de uma organização do Exército de tamanho brigada, que possui meios orgânicos para produzir efeitos normalmente encontrados nos níveis operacional e estratégico.

Apesar de essas capacidades estarem disponíveis no nível Grande Unidade, o ciclo de seleção de alvos em operações conjuntas ainda proporciona um enquadramento comum com o qual o Exército pode identificar alvos e prover efeitos complementares com outras Forças Singulares no ambiente conjunto. Tentativas de criar novos processos de seleção de alvos já demonstraram criar confusão e resistência entre os parceiros conjuntos. Por exemplo, enquanto participavam do exercício marítimo internacional *Rim of the Pacific 2018* (“Orla do Pacífico 2018”), os planejadores da MDTF enfrentaram resistência do centro de operações aéreas (COA), uma vez que os integrantes daquele centro ficaram com a impressão de que o Exército estava tentando criar um novo sistema que contornaria a responsabilidade do COA de sincronizar os fogos para o comandante do comando unificado.

A Seleção de Alvos durante as Operações em Múltiplos Domínios por meio do Processo Conjunto de Planejamento de Fogos

As seis fases do ciclo de busca de alvos em operações conjuntas fornecem um enquadramento adequado para analisar alvos em múltiplos domínios. A Fase 1, “Objetivos, Orientação na Seleção de Alvos e Intenção do Comandante”, é essencial para prover expectativas claras e realistas⁶. Uma intenção clara e precisa, além do uso dos efeitos D4M, proporcionam à equipe de seleção de alvos a máxima flexibilidade para atingir os objetivos expressos na intenção do comandante. Isso é essencial para capacitar a análise dos centros de gravidade e identificar os pontos de decisão; ou, como descrito na JP 3-60, a análise dos sistemas de seleção de alvos⁷.

Considerações Específicas para o Planejamento de Fogos durante a Fase 2 do Ciclo de Busca de Alvos das Operações Conjuntas em Múltiplos Domínios

Um fator levado em conta no planejamento para efeitos não letais é a quantidade de tempo e de esforço necessária para validar um alvo. Alvos no espectro eletromagnético e no ciberespaço requerem técnicas mais complicadas e ferramentas mais especializadas do que no processo de planejamento de fogos letais. Para o comandante de uma MDTF conduzir a coleta de informações necessária durante essa fase, “Análise de Alvos e Priorização”, o comando precisa dispor dos meios e prerrogativas requeridos para conduzir Inteligência, Reconhecimento e Vigilância (ISR, na sigla em inglês); ou observação e reconhecimento no ciberespaço, por exemplo; e, no final, produzir efeitos nas zonas cinzas (e.g., utilizadas por combatentes e não combatentes) e vermelhas (usadas só por combatentes). A título de ilustração: uma aeronave *Rivet Joint* pode coletar inteligência de sinais passível de ser explorada (e.g., um hotspot WiFi ou Sistemas de Supervisão e Aquisição de Dados [SCADA, um software de supervisão que permite monitorar e operar partes ou todo de um processo — N. do T.]). Com essa inteligência, o comandante da MDTF poderia conduzir observação e reconhecimento no ciberespaço, mas essa atividade requer autorização legal de autoridades no nível nacional.

Uma vez que o processo esteja concluído, um conjunto diferente de autoridades pode ser necessário para analisar o sistema de seleção de alvos por meio do ISR cibernético. Uma equipe de apoio cibernético terá que desenvolver uma ferramenta que atinja os objetivos da intenção do comandante para esse sistema específico. Tudo isso pode levar meses ou anos, além de custar milhões de dólares em tempo despendido pelos meios empregados e por horas de trabalho. À equipe de seleção de alvos acarreta mais um ônus: fornecer ao comandante uma análise custo-benefício, ou seja, se o uso de uma ferramenta específica para a missão vale a despesa. A premissa é de que a ferramenta não pode ser reutilizada.

Por exemplo, o vírus *Stuxnet*, que infectou as instalações de pesquisa nuclear do Irã, decerto exigiu bastante inteligência para o seu desenvolvimento⁸. Foi preciso determinar quem fabricou o equipamento centrífugo, o modelo do equipamento, o software que o conduzia, as especificações do hardware e como o sistema recebe instruções do mundo exterior. Após isso, o responsável pela ação teve que analisar o conteúdo inteiro do código do software para encontrar uma vulnerabilidade. Uma vez descoberta, ele teve que desenvolver um vírus que fizesse as centrífugas girarem sem controle ao mesmo tempo que mostrasse uma representação falsa (manipulação de dados) aos operadores, a fim de que não levantasse suspeição até que fosse tarde demais e o equipamento fosse destruído.

Depois de alcançar esse efeito, o vírus *Stuxnet* foi descoberto tanto no sistema iraniano quanto na internet. Várias entidades desmontaram seu código para entendê-lo melhor e determinar quem o transmitiu. Após isso, os iranianos corrigiram as vulnerabilidades existentes no software, fazendo com que novas tentativas de uso do *Stuxnet* fossem inócuas.

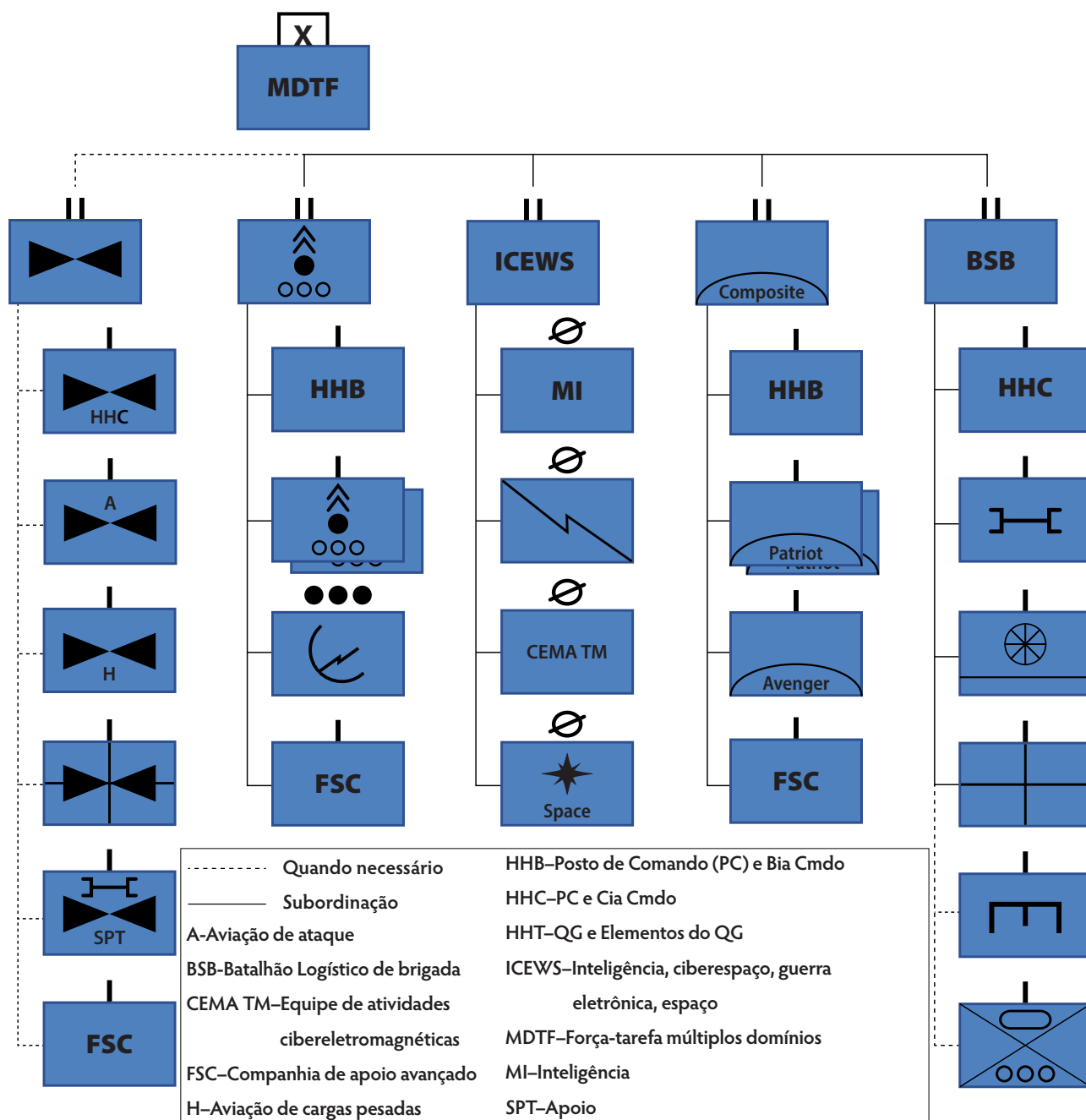
A MDTF é uma organização híbrida que mistura os níveis de guerra tático, operacional e estratégico, especialmente por meio de ataques não letais com o Batalhão de Inteligência, Informações, Cibernética, Guerra Eletrônica e Espaço (I2CEWS, na sigla em inglês). A interação não letal com alvos nos níveis operacional e estratégico aumenta a quantidade de análise que precisa ocorrer. A relação perda/ganho de inteligência tem sido sempre um cálculo entre a inteligência de sinais e a guerra eletrônica. No entanto, o desenvolvimento da cibernética estende isso

ao domínio do ciberespaço e envolve outros órgãos governamentais que também estão interessados nesse domínio. Além disso, esta fase traz à tona questões relacionadas ao Direito Internacional Humanitário e às regras de engajamento. O ciberespaço e os elétrons no espectro eletromagnético não são confinados pelas fronteiras geográficas. Os adversários frequentemente tiram proveito dessa ambiguidade ao se valerem de sistemas de dupla utilização que envolvem o uso tanto civil quanto militar. Por vezes, o centro de gravidade é um sistema dual que, por isso mesmo, requer efeitos mais específicos, a fim de minimizar o impacto sobre a população.

A Fase 3 do ciclo de busca de alvos, “Análise de Capacidades”, exige uma clara definição da intenção do comandante para permitir a máxima flexibilidade na capacidade de I2CEWS, a fim de produzir os efeitos desejados⁹. Durante a análise do sistema de seleção de alvos, os identificadores de alvos determinam quais meios, em quais domínios, são necessários para atingir os objetivos expressos na intenção do comandante. O *status* do conflito define quais métodos e efeitos são adequados, viáveis e aceitáveis. Por exemplo, durante a fase de competição, é menos provável que um ataque letal seja empregado devido ao risco de desencadear uma mudança para a fase de conflito. Já a observação e reconhecimento no ciberespaço proporciona anonimato e reversibilidade, a fim de produzir um determinado efeito, além de poder ser usada como ferramenta de dissuasão.

Ao completar a avaliação das capacidades, o comandante da MDTF então proporcionaria sua própria orientação na quarta fase do ciclo de seleção de alvos, “Decisão do Comandante e Designação de Forças”¹⁰. A inovação está no fato de que a MDTF é uma força valor grande unidade (brigada) que apoia diretamente um comando operacional geográfico ou um comandante de força conjunta (se ativada), e age no mesmo escalão que um comandante do componente aéreo das forças conjuntas, função que é tipicamente exercida por um general de duas estrelas. Durante ambas as fases de competição e de conflito, o comandante da MDTF proporá alvos para o comandante da força conjunta a fim de serem incluídos na lista integrada de prioridade de alvos.

Mais de uma unidade pode ser necessária para engajar um alvo. A própria MDTF talvez não seja a mais



(Figura do autor)

Figura 3. Organização por Tarefas da MDTF

indicada para atacar um alvo designado por ela mesma. Por exemplo, se a MDTF identifica um centro de gravidade que está localizado fora do alcance dos efeitos letais de sua artilharia de longo alcance, um cruzador *Aegis* talvez esteja capaz de engajá-lo com um míssil de ataque terrestre *Tomahawk*. A MDTF ainda pode engajar uma parcela do conjunto de alvos ao fornecer simultaneamente um efeito cibernético ou de espaço, a

fim de aprimorar a letalidade do ataque.

Assim como os fogos letais, os “fogos” não letais também precisam de um “observador avançado” para verificar os efeitos sobre o alvo. Para uma missão de guerra eletrônica, por exemplo, o uso de um meio de inteligência de sinais permite determinar se os efeitos produziram os resultados desejados ao monitorar o restante do espectro eletromagnético, a fim

de determinar se o alvo está fazendo uso de frequências alternativas, de contingência ou de emergência. Um operador cibernético pode usar ferramentas de monitoramento de redes para saber se um administrador do “sistema alvo” tomou medidas corretivas ou se houve a mudança desejada no comportamento da rede. Resultados chave desta fase podem incluir uma ordem de alerta para as unidades que eventualmente serão empregadas, além da confecção de um plano de ataque inicial. Uma vez que as unidades encarregadas da execução são designadas, inicia-se a Fase 5, “Planejamento da Missão e Execução da Força”¹¹.

Durante a Fase 5, a MDTF pode atacar alvos levantados por outras unidades, e vice-versa. Quando a MDTF recebe uma ordem de alerta, incumbindo-a de engajar um determinado alvo, as unidades subordinadas precisam começar seus respectivos trabalhos de comando. Cada uma delas tem suas próprias considerações; contudo, os elementos do batalhão I2CEWS apresentam limitações que tange ao desenvolvimento de seus trabalhos de comando. Um grupo dedicado ao espaço sideral apresenta requisitos de planejamento diferentes das equipes de guerra eletrônica ou de cibernética. Assim como qualquer ataque, cada unidade deve certificar-se de que as premissas e fatos usados para planejar a missão ainda são pertinentes. Por exemplo, uma unidade cibernética precisará verificar se seu alvo ainda oferece uma vulnerabilidade ou se ela ainda pode obter acesso no ponto final para mantê-lo em uma posição de risco. Os resultados esperados nesta fase incluem a conclusão de todo o ciclo do processo decisório militar e a emissão de ordens de operações no nível companhia.

A sexta e última fase, “Avaliação do Combate”, é crucial¹². Para as unidades I2CEWS cujos efeitos ocorrem em domínios que não são imediatamente visíveis, é imperativo que, durante a Fase 2, os planejadores tenham estabelecido critérios e indicadores de avaliação do combate confiáveis. Ao contrário dos fogos de efeitos letais, cujos danos são fisicamente detectados por meios ISR, os efeitos produzidos no espectro eletromagnético e no ciberespaço nem sempre contam com indicadores visíveis. Frequentemente, a equipe não letal é requisitada para produzir efeitos que o comandante da força conjunta não pode atingir fisicamente com munição letal. Assim sendo, a missão da equipe não

letal é criar uma janela de convergência com meios não letais capaz de fornecer efeitos D4M para minimizar o risco em um conjunto de ataques cinéticos. Um critério de avaliação do combate oportuno e bem pensado permite que a MDTF determine rapidamente se os efeitos planejados foram realmente alcançados, permitindo que um navio de guerra ou uma aeronave entrem em espaço disputado a fim de aplicar fogos letais, por exemplo.

Em Resumo

A MDTF é uma organização inovadora que congrega elementos do Exército tradicional com novas unidades reunidas no batalhão I2CEWS. Com essa adição de meios, a MDTF é capaz de criar janelas de convergência através de todos os cinco domínios de combate simultaneamente, a fim de permitir a manobra conjunta em ambientes disputados que contem com recursos de antiacesso/negação de área (veja a Figura 3).

A inclusão de todos os cinco domínios exige que comandantes e seus estados-maiores mudem a mentalidade de empregar exclusivamente ataques letais como método de engajamento principal para uma nova abordagem que inclua também meios não letais. Ademais, exige que eles considerem todo o espectro de operações e percebam que a seleção de alvos precisa ser contínua, não se restringindo apenas durante o conflito armado, e que é melhor conduzida no ambiente interforças por meio do ciclo de busca de alvos em operações conjuntas.

Este artigo analisou cada uma das seis fases do ciclo de busca de alvos em operações conjuntas, ressaltando as principais semelhanças e diferenças com as operações em múltiplos domínios. Depois dos exercícios *Yama Sakura 73*, no Japão; *Pacific Sentry 18* e *Rim of the Pacific 2018*, no Havaí; *Valiant Shield 18*, em Guam; e *Yama Sakura 75*, no Japão; o ciclo de busca de alvos em operações conjuntas provou ser um método eficaz¹³. Os conjuntos de competências treinados pelo batalhão I2CEWS e as equipes de seleção de alvos da MDTF precisam ser ampliados para incluir a análise de sistemas não letais de seleção de alvos. Quando combinados, o ciclo de busca de alvos em operações conjuntas permite que a MDTF se integre mais harmoniosamente às operações conjuntas. Isso é essencial, considerando que

o antiacesso/negação de área é, por sua natureza, inerentemente conjunto.

O próximo passo no desenvolvimento de uma doutrina para as operações em múltiplos domínios é analisar como a MDTF converte o ciclo conjunto de seleção de alvos em ações táticas. Os processos de estado-maior já foram testados e, com o empenho de um grupo experiente de soldados, muito da

metodologia aplicada aos escalões superiores pode fornecer uma sólida base para o desenvolvimento da doutrina. A incorporação desses processos em uma unidade tática de manobra, a fim de determinar “como” produzir efeitos em múltiplos domínios, precisa ser testada e o refinamento proveniente dos escalões subordinados precisa ser fornecido ao estado-maior para aprimorar os processos. ■

Referências

1. Joint Publication (JP) 3-60, *Joint Targeting* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office [GPO], 28 Sep. 2018), cap. 2.
2. Army Techniques Publication 3-60, *Targeting* (Washington, DC: U.S. GPO, May 2015), p. 2-1.
3. JP 3-60, *Joint Targeting*, p. II-6.
4. *Ibid.*, p. II-4.
5. *Ibid.*
6. *Ibid.*, p. II-3.
7. *Ibid.*, p. II-7.
8. Kim Zetter, “An Unprecedented Look at Stuxnet, the World’s First Digital Weapon”, *Wired*, 3 June 2017, acesso em: 1 mar. 2019, <https://www.wired.com/2014/11/countdown-to-zero-day-stuxnet/>.
9. JP 3-60, *Joint Targeting*, p. II-14.
10. *Ibid.*, p. II-18.
11. *Ibid.*, p. II-21.
12. *Ibid.*, p. II-31.
13. O “*Yama Sakura*” é um exercício de posto de comando anual e bilateral, que envolve as Forças Armadas dos EUA e a Força de Autodefesa Terrestre do Japão; “*Pacific Sentry*” é um exercício de adestramento conjunto entre as forças singulares dos EUA, cujo objetivo é colocar o estado-maior e os componentes de comando do Comando do Pacífico dos EUA em um cenário real de nível operacional; “*Rim of the Pacific*” é um exercício internacional projetado para fomentar e manter relações cooperativas que são essenciais para a segurança das rotas marítimas interoceânicas; “*Valiant Shield*” é um exercício de adestramento conjunto entre as forças singulares dos EUA em um ambiente de águas profundas.